

COBERTURA NOTICIOSA DO SURTO DE COVID-19: ANÁLISE TEMÁTICA DE UM JORNAL PORTUGUÊS DE REFERÊNCIA

Pedro R. P. Rodrigues

Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, Faculdade de Ciências Humanas,
Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal

RESUMO

A cobertura noticiosa pode desempenhar um importante papel durante crises de saúde pública, alertando para os potenciais riscos, informando sobre medidas de resposta e encorajando comportamentos preventivos. No entanto, a pandemia COVID-19 aumentou a precariedade dos jornalistas, ao mesmo tempo introduzindo novos desafios no seu trabalho. Este artigo apresenta os resultados de uma análise temática a 612 notícias sobre o período inicial do surto de COVID-19 em Portugal, publicadas num jornal português de referência, de janeiro a março de 2020. Os resultados mostram a relevância da proximidade geográfica e cultural como valores-notícia da cobertura internacional. Ainda que a quantificação de casos e mortes tenha sido um tema proeminente tanto em notícias internacionais como nacionais, a cobertura doméstica deu maior relevo a casos específicos de infeção, enquanto os indicadores epidemiológicos gerais foram mais frequentemente o tema principal da cobertura de outros países. Notícias sobre eventos em Portugal focaram mais frequentemente medidas específicas de contenção e mitigação, ao contrário da cobertura internacional, que valorizou antes os estados de emergência e quarentenas. Relativamente a fontes de informação, houve uma clara dependência de representantes do Estado e comunicados de imprensa da Direção-Geral de Saúde. As experiências e opiniões de pessoas que falam a título individual, e não em representação de uma instituição, foram muito menos frequentes.

PALAVRAS-CHAVE

COVID-19, pandemia, imprensa, fontes de informação, valores-notícia

NEWS COVERAGE OF THE COVID-19 OUTBREAK: THEMATIC ANALYSIS OF A PORTUGUESE QUALITY NEWSPAPER

ABSTRACT

News coverage can play a vital role during public health crises, raising awareness about potential risks, informing about response efforts, and encouraging preventive behaviors. However, the COVID-19 pandemic has increased the precariousness of journalists while introducing new challenges in their work. This article presents the results of a thematic analysis of 612 news articles about the initial stages of the COVID-19 outbreak in Portugal, published in a Portuguese quality newspaper from January to March 2020. Results show the relevance of geographical and cultural proximity as news values in international coverage. While the quantification of cases and deaths was a prominent theme in international and domestic coverage, specific cases of infection were frequent in domestic news, while general epidemiological indicators were more often

the main theme in international coverage. News about events in Portugal was also more focused on specific containment and mitigation measures, while international coverage found states of emergency and lockdowns more newsworthy. As for news sources, there was a clear dependence on public officials and press releases from Direção-Geral de Saúde as information sources. The experiences and opinions of people speaking as individuals and not on behalf of organizations were much less frequent.

KEYWORDS

COVID-19, pandemic, newspaper, information sources, news values

1. INTRODUÇÃO

As crises de saúde pública são eventos disruptivos com consequências económicas, sociais e políticas, que dão origem a incerteza e perturbações na vida cotidiana. Consequentemente, a procura de informação credível e fidedigna aumenta, tornando os meios de comunicação social elementos cruciais na disseminação de informação sobre potenciais riscos dado o seu alcance e cobertura sistemática dos acontecimentos. Contudo, a recente pandemia COVID-19 ocorreu num contexto de mudança para as organizações produtoras de notícias, marcado pela redução nas receitas e modelos de negócio digitais não comprovados. A pandemia deteriorou também as condições já precárias dos jornalistas, introduzindo novos desafios no seu trabalho. Será neste contexto relevante compreender como os jornalistas realizaram a cobertura da pandemia — o presente artigo contribui para a investigação sobre o jornalismo durante crises de saúde pública apresentando os resultados de uma análise temática da cobertura nacional e internacional da pandemia COVID-19 no *Público*, um jornal português de referência. Mais especificamente, são analisados os valores-notícia e fontes de informação presentes na cobertura de janeiro a março de 2020. Este período inclui a fase inicial do surto, com as primeiras notícias de uma epidemia em Wuhan, a referência aos primeiros casos de contágio em Portugal e a adoção das primeiras medidas nacionais de resposta.

2. ESTADO DA ARTE

Os meios de comunicação social possuem um papel central durante crises de saúde pública, providenciando informação em tempo real à população, enquanto, ao mesmo tempo, monitorizam reações a decisões governamentais (Maxwell, 2003; Thomas et al., 2020). Podem também contribuir para melhorar a compreensão da pandemia ao fornecer informação contextual para mitigar incertezas (Wray et al., 2008) e promover comportamentos de prevenção (Basch et al., 2020; Rubin et al., 2009). Adicionalmente, alguns autores (Luengo & García-Marín, 2020) argumentam que os procedimentos, normas e métodos do jornalismo profissional facultam os meios e a autoridade epistemológica necessários às organizações de notícias para que forneçam informações factuais e confiáveis aos leitores, contrariando assim a disseminação de desinformação. No entanto, a pandemia teve sérias consequências para organizações de comunicação social

que enfrentavam já um contexto difícil, bem como nos jornalistas que agora encontravam novas limitações ao seu trabalho.

2.1. O JORNALISMO DURANTE A PANDEMIA

Nos anos anteriores à pandemia, os hábitos de consumo de notícias na Europa estavam já em mudança, com um lento mas persistente declínio no consumo de jornais impressos a par de um aumento constante no consumo de média digitais (European Commission, 2019). De acordo com o *Reuters Institute Digital News Report 2018* (Relatório de Notícias Digitais do Instituto Reuters de 2018; Newman et al., 2018), a redução da circulação dos média tradicionais resultou no declínio acentuado de receitas, enquanto as iniciativas digitais não conseguiam ainda compensar a diferença. Na Europa e nos Estados Unidos, os jornais responderam com a adoção gradual de um modelo com base em conteúdos pagos, afastando-se da oferta gratuita de notícias suportada por publicidade (Simon & Graves, 2019). Contudo, a utilização crescente de modelos de acesso pago introduziu questões de desigualdade no acesso à informação, ao mesmo tempo que a “fadiga do subscritor” se tornava uma preocupação (Newman et al., 2019). Apesar da contínua incerteza, a transição para meios digitais começou a obter resultados em 2019, ainda que o número de subscritores continuasse relativamente baixo (Newman, 2020).

As mesmas tendências observavam-se também em Portugal, onde, pela primeira vez no início de 2020, as plataformas digitais ultrapassaram a televisão como a mais importante fonte de notícias (Newman, 2020). Durante o primeiro período de quarentena, anunciado no dia seguinte à declaração do estado de emergência a 18 de março (Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, 2020), o consumo de notícias online registou um aumento substancial (Cardoso et al., 2020), tornando os média na fonte mais procurada de informação sobre a COVID-19, acima de outras fontes institucionais. Segundo outros estudos (Gonçalves et al., 2023), as plataformas digitais vieram em segundo lugar depois da televisão, mas mais frequentemente utilizadas do que os jornais impressos ou a rádio.

Para além de acentuar mudanças no consumo de notícias, a pandemia teve um impacto direto nos jornalistas em Portugal, um contexto já caracterizado por relações de trabalho precárias antes da crise de saúde pública (Cádima et al., 2022). Um inquérito a 890 jornalistas portugueses (Miranda et al., 2021) demonstrou que muitos foram diretamente afetados por cortes em salários e *lay-off*, uma realidade semelhante ao experienciado noutros países (Posetti et al., 2020). A queda das receitas de publicidade agravou a situação de precariedade dos que continuaram a trabalhar durante a pandemia, adotando o teletrabalho. Segundo o mesmo inquérito, esta situação resultou na alienação de jornalistas relativamente a colegas e à comunidade profissional. O contacto com fontes de informação era agora também um desafio, já que o trabalho a partir de casa e o distanciamento social levaram em grande medida ao abandono do contacto presencial e à adoção de outras formas de comunicação. Enquanto alguns autores (Lopes, Santos, Peixinho, et al., 2021) assinalam que o uso de plataformas digitais durante a pandemia mitigou barreiras impostas pela distância física e contribuiu para uma maior diversidade de fontes de

informação, apenas 34,3% dos participantes a trabalhar durante o estado de emergência admitiu ter adotado novos recursos tecnológicos (Miranda et al., 2021).

A crise de saúde pública introduziu também novas dimensões éticas no trabalho dos jornalistas portugueses. Para além de preocupações com a exatidão da informação reportada durante a pandemia (Miranda et al., 2021), os jornalistas percebiam agora como parte do seu papel ajudar as pessoas a compreender a situação e orientá-las no sentido da adoção de comportamentos preventivos. Consequentemente, a saúde e a ciência tornaram-se temas prioritários a ser abordados por fontes credíveis, predominantemente representantes do Estado e especialistas (Lopes, Santos, Magalhães, et al., 2021). No entanto, os jornalistas frequentemente não possuíam o conhecimento especializado necessário em temas de ciência e saúde (Posetti et al., 2020), aumentando a sua dependência de um leque limitado de fontes de informação.

Num contexto de incerteza geral em que a comunicação social possui um papel central, mas onde existe ao mesmo tempo maior precariedade no jornalismo e maiores dificuldades na recolha e reporte de informação, torna-se pertinente avaliar os princípios que governam a produção de notícias, ou mais especificamente, os valores-notícia subjacentes na cobertura da pandemia COVID-19.

2.2. VALORES-NOTÍCIA E FONTES DE INFORMAÇÃO

A produção de notícias implica escolhas sobre que pistas seguir e que eventos reportar, ou quais as histórias que poderão ser do interesse de audiências particulares. Estas escolhas fundamentam-se em critérios, ou “valores-notícia” utilizados pelos profissionais do jornalismo para avaliar a noticiabilidade de uma potencial história, e que têm sido tema de investigação desde a publicação de “The Structure of Foreign News” (A Estrutura de Notícias Estrangeiras) por Galtung e Ruge (1965). Apesar de várias revisões (Joye et al., 2016), os 12 valores-notícia identificados pelos autores foram recorrentemente confirmados por outros estudos, incluindo investigação sobre a cobertura de crises de saúde pública — por exemplo, a proximidade geográfica e o impacto negativo de uma epidemia (em termos de vidas perdidas) influenciam a frequência da cobertura, ainda que a sua relevância seja variável entre organizações de notícias em diferentes países (Florea & Woelfel, 2021; Zhang & Cheung, 2022). A proximidade cultural, outro critério de noticiabilidade identificado por Galtung e Ruge (1965), é também um fator saliente nas rotinas de produção de notícias durante crises de saúde pública (Joye, 2010; Kim, 2022). A importância geopolítica dos países afetados será outro fator que contribui para a noticiabilidade de um evento, sendo que a cobertura frequentemente reproduz as relações de poder e hierarquias globais (Joye, 2010). Outros estudos (Basch et al., 2020; Smith et al., 2012) consideraram ainda a “relevância nacional” como um valor-notícia na cobertura destes eventos, já que o primeiro caso de infeção num país resulta habitualmente num aumento substancial de atenção mediática.

No entanto, a noticiabilidade atribuída a riscos de saúde pública poderá também depender de “modelos” construídos a partir de experiências anteriores percebidas como semelhantes, particularmente quando as “lições aprendidas” são apoiadas por

especialistas. Este argumento é avançado por Chan (2016), ao examinar como os riscos associados à gripe suína foram realçados pela imprensa de Hong Kong através de referências ao elevado número de mortes e perturbações causadas pela síndrome respiratória aguda grave anos antes. Sem evidências científicas conclusivas ou dados congruentes, a comparação foi apoiada por autoridades de saúde e especialistas médicos, cujas avaliações foram amplamente citadas, enquanto interpretações alternativas eram geralmente marginalizadas. Segundo o autor, face a uma ameaça incerta, a autoridade e reputação destas fontes foi procurada para legitimar noções de objetividade e jornalismo com base científica. Como um “sistema de comunicação centrado nas elites” (Galtung & Ruge, 1965, p. 68), os média procuravam substanciar a sua cobertura em declarações “objetivas” e munidas da autoridade de “fontes acreditadas”, equiparando credibilidade com posições institucionais e estatuto social. Formavam-se assim “definidores primários” que, possuindo acesso privilegiado aos jornalistas, estabeleciam “interpretações primárias” de um tema, incluindo os termos e definições em torno dos quais o debate e cobertura subsequentes seriam avaliados (Hall et al., 1978).

A proeminência de representantes institucionais e especialistas encontra-se relacionada tanto com a legitimação de noções de objetividade e credibilidade como com exigências profissionais. Através de observação participante em redações e entrevistas com jornalistas, Tuchman (1978) verificou que as fontes institucionais estão inseridas nas rotinas diárias de jornalistas que são frequentemente obrigados a cumprir prazos e lidar com a pressão de jornais concorrentes. Ancorando a “rede de notícias” em instituições associadas à origem das notícias ou na posse de informação centralizada, é possível aos editores controlar as rotinas de trabalho e planear a alocação de pessoal e recursos materiais. Consequentemente, a cobertura “tanto se apoia como reproduz as estruturas institucionais” (Tuchman, 1978, p. 210), já que a hierarquia das fontes de informação reflete em grande medida “as hierarquias de uma nação ou sociedade” (Gans, 1979/2004, p. 119).

Sendo a predominância de fontes institucionais consensual na investigação sobre o jornalismo (Traquina, 2004), os jornalistas que reportam sobre temas de saúde encontram-se dependentes de um leque ainda mais restrito de fontes de informação provenientes de governos, agências de saúde pública e do setor da saúde. Em conjunto com um grupo seletivo de especialistas universitários, um “pequeno círculo” (Chan, 2016) de fontes institucionais atua nesta área como definidores primários. Esta dependência é acentuada pela incerteza e urgência que caracterizam as crises de saúde pública (Lopes, Santos, Peixinho, et al., 2021). Um inquérito sobre a cobertura da pandemia H1N1 (Duncan, 2009) identificou as autoridades de saúde pública nacionais e internacionais como as principais fontes de informação em 75% de 3.979 notícias publicadas em 31 países europeus, incluindo Portugal. Estes resultados foram confirmados por outros estudos focados no contexto português (Lopes & Fernandes, 2012; Lopes et al., 2012), que identificaram os representantes oficiais e fontes de informação “especializadas institucionais” entre as mais frequentes. Mais recentemente, investigação sobre o primeiro ano de cobertura da COVID-19 confirmou as fontes institucionais ligadas ao Governo português e à agência de saúde pública nacional como sendo novamente as mais proeminentes em notícias de televisão (Cabrera et al., 2020), jornais de referência e imprensa popular

(Gomes, 2021; Lopes, Santos, Peixinho, et al., 2021). Embora se verifique um aumento na proeminência de peritos individuais nos jornais portugueses, aqueles que representavam uma instituição ou grupo profissional eram ainda os mais comuns.

2.3. ANÁLISE TEMÁTICA DA COBERTURA SOBRE A COVID-19

Este artigo contribui para a literatura citada apresentando os resultados de uma análise temática de notícias sobre o surto de COVID-19 publicadas no *Público*, um jornal português de referência, durante os primeiros três meses de 2020. Ainda que a Organização Mundial de Saúde (World Health Organization, 2020) tenha declarado o surto uma pandemia a 11 de março, as notícias sobre a situação epidemiológica noutros países faziam já parte da cobertura do *Público* em janeiro. A par de notícias sobre “casos suspeitos”, tiveram também destaque em fevereiro o voo de repatriamento de cidadãos portugueses de Wuhan e a situação do primeiro cidadão português infetado com COVID-19 no Japão. O foco neste período permite avaliar a cobertura desde o momento em que o surto era ainda percebido como uma “ameaça distante” (Duarte et al., 2022) até se tornar uma crise doméstica plena.

A análise temática possibilita a comparação dos temas valorizados pelo jornal tanto na cobertura nacional, como internacional. Será assim possível ir para além da frequência da cobertura como medida de atenção mediática, identificando os temas considerados como mais relevantes no país e no estrangeiro. Como segundo objetivo, a análise identifica também as principais fontes de informação, e quais as mais frequentes nos temas considerados como mais relevantes.

3. METODOLOGIA

O *Público* é um dos principais jornais diários portugueses de referência — a edição online esteve entre os cinco websites de notícias mais visitados em Portugal nos primeiros três meses de 2020 (Grupo Marktest, 2020), alcançando mais de 3.800.000 de pessoas em março. As notícias sobre a pandemia COVID-19 publicadas pelo jornal foram recolhidas através do serviço Media Cloud (<https://mediacloud.org/>), pesquisas no Google específicas ao site do jornal neste período e pela função de pesquisa no website do *Público*. Foram sempre utilizadas as mesmas palavras-chave (“covid”, “coronavírus”, “vírus”, “sars-cov-2”, “n-cov19”, “2019-ncov”, “pandemia”, “epidemia”, “wuhan”, “distanciamento social”, “isolamento” e “quarentena”). Os artigos incluídos em secções especiais dedicadas à COVID-19 foram também adicionados manualmente, quando não já incluídos nas pesquisas anteriores. Destes procedimentos resultaram cerca de 3.000 ligações para artigos do jornal. O corpus foi construído selecionando todos os artigos publicados a cada sete dias, reunindo artigos de diferentes dias da semana em cada semana. Artigos duplicados ou não relacionados com a pandemia foram removidos, resultando num corpus de 612 artigos — seis publicados em janeiro, 36 em fevereiro e 570 em março de 2020. A data de publicação, título e localização geográfica (país) dos eventos reportados foram registados para cada artigo.

Os artigos foram classificados quanto ao seu tema geral, identificado a partir do título e primeiro parágrafo ou lead, assumindo que nas notícias a informação mais relevante aparece em primeiro lugar (van Dijk, 1988). Assim, uma baixa frequência ou a ausência completa de um tema não significa que não esteja presente na cobertura, mas apenas que não foi considerado como suficientemente relevante para fazer cabeçalhos. Os artigos foram distribuídos por duas categorias gerais — a primeira incluiu notícias sobre a “situação epidemiológica” (notícias sobre contágio e consequências económicas, políticas e sociais da crise de saúde pública), a segunda com artigos sobre a “resposta à pandemia” (incluindo notícias sobre todas as medidas, propostas e adotadas). Estas categorias foram especificadas em subcategorias indutivamente criadas após várias leituras do corpus. Um segundo analista classificou 67 notícias (11% do corpus) utilizando um codebook com descrições para todas as categorias. O acordo inicial foi de 76,1%, sendo todas as divergências discutidas até ambos os analistas concordarem.

Foram também registadas todas as referências a fontes de informação, contabilizadas apenas uma vez para cada artigo (i.e., uma atribuição por artigo), para assim evitar aumentar a relevância de qualquer fonte em particular devido ao estilo discursivo utilizado nas notícias (e.g., atribuições repetidas em informação repetida). As fontes identificadas foram classificadas como institucionais ou individuais — institucionais no caso de representantes organizacionais (e.g., governos, empresas, organizações não governamentais, organizações religiosas) e de grupos particulares (e.g., grupos profissionais, associações de consumidores), ou de comunicados de imprensa, relatórios e outras formas de comunicação institucional. Estas fontes foram agrupadas de acordo com o tipo de organização (e.g., “associações”, “empresas”, “ONG”, “estado e instituições públicas”). As fontes individuais incluíram todos os atores que falam em seu próprio nome e não como representantes institucionais. Estes foram agrupados de acordo com o modo como foram descritos nas notícias, mais frequentemente em categorias relacionadas com atividades profissionais (e.g., “trabalhador de saúde”, “político”, “desportista”, “estudante”). Por exemplo, os especialistas foram classificados como fontes institucionais em declarações realizadas como representantes do Estado ou como detentores de informações que representavam uma instituição ou grupo, como no caso de profissionais médicos que comentaram a capacidade de resposta de um serviço ou departamento. Foram ao invés classificados como fontes individuais quando, por exemplo, facultavam um parecer pessoal e subjetivo sobre a situação epidemiológica ou a resposta à pandemia.

4. RESULTADOS

O corpus inclui notícias sobre 40 países, com apenas oito registando 10 ou mais artigos no corpus. A Tabela 1 apresenta a distribuição de notícias por mês e país da cobertura. A maioria dos artigos focou eventos nacionais (348 artigos, ou 56,9% do corpus). Um total de 53 artigos (8,7%) noticiou eventos em vários países, sem ênfase numa localização geográfica em particular. A China (31 artigos, 5,1%) foi o país com maior cobertura depois de Portugal, incidindo os restantes artigos sobre alguns dos países mais afetados no início da pandemia.

	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		TOTAL	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Portugal	1	16,7	13	36,1	334	58,6	348	56,9
Vários	1	16,7	5	13,9	47	8,3	53	8,7
China	4	66,7	11	30,6	16	2,8	31	5,1
Itália					28	4,9	28	4,6
Estados Unidos					24	4,2	24	3,9
Espanha					24	4,2	24	3,9
Brasil					15	2,6	15	2,5
França			5	13,9	8	1,4	13	2,1
Reino Unido			1	2,8	11	1,9	12	2
Outros			1	2,8	63	11,1	64	10,5
Total	6	100	36	100	570	100	612	100

Tabela 1 Notícias por país e mês de publicação, para países com 10 ou mais artigos no corpus

Em janeiro, os casos reportados noutros países asiáticos, como a Tailândia ou o Japão, foram incluídos em artigos sobre a situação epidemiológica na China. Regiões como a Oceânia, o Médio Oriente ou África raramente foram focados na cobertura, e na América do Sul, apenas o Brasil contou mais do que um artigo no corpus.

O surto recebeu pouca atenção do jornal nos dois primeiros meses, com apenas alguma cobertura adicional a 2 de fevereiro, noticiando a chegada de um voo de repatriamento de cidadãos portugueses de Wuhan. Seria apenas após a identificação do primeiro caso doméstico de infeção a 2 de março (Direção-Geral da Saúde, s.d.; Tabela 2), ou quando o surto se tornou num problema nacional, que a frequência e o âmbito geográfico da cobertura aumentaram.

Mês	JANEIRO				FEVEREIRO				MARÇO				TOTAL	
													<i>n</i>	%
Dia	9	17	25	2	10	18	26	5	13	21	29			
Situação epidemiológica	1	1	3	6	3	4	3	26	57	37	57	198	32,4	
Resposta à pandemia			1	17	2		1	46	224	60	63	414	67,6	
Total	1	1	4	23	5	4	4	72	281	97	120	612	100	

Tabela 2 Número de artigos por tema principal e dia de publicação

Considerando a totalidade do corpus, o jornal deu maior atenção à resposta à pandemia (414 artigos, ou 67,6%) do que a desenvolvimentos na situação epidemiológica dos vários países (198, 32,4%). Ainda assim, os resultados por país mostram diferenças claras na forma como foram relatados os eventos em diferentes locais (Figura 1). Apenas nas notícias nacionais e na cobertura de França e dos Estados Unidos se verificou maior ênfase na resposta à pandemia.

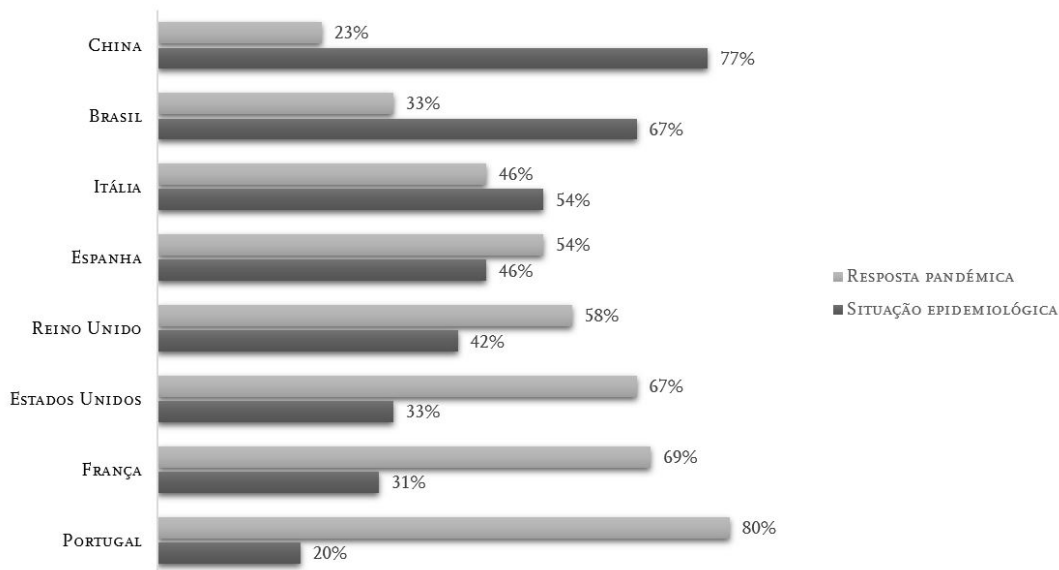


Figura 1 Percentagem de notícias sobre a situação epidemiológica e a resposta à pandemia por país. Apresentam-se apenas os totais para países com 10 ou mais artigos

Em contraste, as notícias sobre o Brasil e China foram predominantemente sobre a situação epidemiológica e suas repercussões sociais, económicas e políticas. A próxima secção descreverá os temas de cobertura para além destas duas categorias gerais, apresentando também as principais fontes de informação utilizadas para cada país.

4.1. TEMAS PRINCIPAIS E FONTES DE INFORMAÇÃO

Ainda que o surto tenha recebido pouca atenção do *Público* em janeiro, o jornal noticiou os primeiros casos de “pneumonia chinesa” (“Nova Forma de Pneumonia Chinesa Faz Segunda Vítima Mortal”; título do *Público*; 9 de janeiro de 2020). Os poucos artigos publicados sobre o surto nesta altura centraram-se principalmente na gravidade da situação epidemiológica na China, com o único artigo publicado sobre a resposta à pandemia reportando sobre a falta de preparação dos hospitais chineses (“O Stress É Muito, Tudo o Resto Está em Falta nas Enfermarias de Wuhan”; 25 de janeiro de 2020). A 25 de janeiro, um artigo sobre o “Primeiro Caso Suspeito de Infecção por Coronavírus em Portugal” inaugurou um tipo de notícia que se tornaria comum na cobertura de eventos nacionais, contabilizando o número de casos e mortes.

O tema “contágio” foi, com uma larga margem, o mais frequente — 156 artigos que representam 25,5% de todo o corpus e 78,8% de todas as notícias sobre a situação epidemiológica. Incluiu notícias sobre o número de casos e mortes, casos específicos de contágio e recuperação, sobre a propagação do vírus em diferentes países e informação sobre sintomas e modos de transmissão (“Número de Mortos Pelo Novo Coronavírus na China Continental Sobe Para 1807”; 18 de fevereiro de 2020). Para além das consequências imediatas na saúde pública, as consequências económicas (“Bolsas Europeias com Sessão Volátil Após Queda de Wall Street”; 26 de fevereiro de 2020) tiveram precedência sobre as consequências políticas e sociais, representando 10,1% de todas as notícias sobre a situação epidemiológica.

	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Situação epidemiológica	5	83,3	16	44,4	177	31,1	198	32,4
Contágio	5	100	10	62,5	141	79,7	156	78,8
Consequências económicas			2	12,5	18	10,2	20	10,1
Consequências políticas			1	6,3	10	5,6	11	5,6
Consequências sociais			3	18,8	2	1,1	5	2,5
Causas da pandemia					4	2,3	4	2
Consequências ambientais					2	1,1	2	1
Resposta à pandemia	1	16,7	20	55,6	393	68,9	414	67,6
Contenção/mitigação em instalações/serviços					80	20	80	19
Estado de emergência					58	14,8	59	14,3
Planeamento e preparação			1	5	57	14,8	58	14
Apoio e ajuda			1	5	43	10,9	44	10,6
Encontros e eventos					40	10,2	40	9,7
Condições de sistemas de saúde	1	100	4	20	32	8,1	37	8,9
Relações e cooperação internacional			13	65	9	2,3	22	5,3
Informação					20	5,1	20	4,8
Viagens aéreas e controlo de fronteiras					19	4,8	19	4,6
Fecho de instalações/serviços					11	2,8	11	2,7
Testes e monitorização					9	2,3	9	2,2
Medicamentos/equipamento de proteção individual					5	1	5	1,2
Investigação COVID			1	5	4	1	5	1,2
Habitação/saneamento					3	0,8	3	0,7
Isolamento profilático					3	0,8	3	0,7
Total	6		36		570		612	

Tabela 3 Principais temas de cobertura, por mês

Com a subida do número de casos confirmados e de países afetados, também a frequência e diversidade da cobertura aumentaram. Após o primeiro caso nacional, as notícias sobre as medidas de resposta adotadas pelos diversos governos e agências de saúde tornam-se mais frequentes, sendo as medidas de contenção e mitigação adotadas em vários tipos de instalações e serviços o subtema mais comum (19%) em notícias sobre a resposta à pandemia (“Madrid Fecha Estabelecimentos”; 13 de março de 2020). Estados de emergência, de alerta e medidas associadas — tais como quarentena, distanciamento social, restrições à mobilidade e ajuntamentos — estiveram também presentes na cobertura em março (14,3%; “Califórnia Declara Estado de Emergência Depois de Primeira Morte”; 5 de março de 2020), tal como artigos sobre “planeamento e preparação” (14%; “Ministra da Saúde Admite que o País ‘Não Estava Preparado’”; 13 de março de 2020), reportando principalmente sobre planos e estratégias nacionais para a organização da resposta à pandemia.

A Tabela 4 apresenta as categorias de fontes de informação utilizadas na cobertura de países com pelo menos 10 notícias no corpus. As fontes institucionais constituíram a maioria (91,7%), verificando-se um papel marginal em todos os países para os

indivíduos falando em nome próprio e não em representação de qualquer organização. De modo geral, as organizações públicas e do Estado foram as mais referenciadas (45,9%, sendo os governos e instituições relacionadas as mais prominentes em todos os países), seguidas de agências de notícias (14,3%) e empresas privadas (13,2%).

	PORTUGAL		CHINA		ITÁLIA		ESPANHA		ESTADOS UNIDOS		BRASIL		FRANÇA		REINO UNIDO		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Todas as fontes	616	100	124	100	42	100	37	100	43	100	37	100	20	100	36	100	955	100
Individuais	50	8,1	17	13,7	4	9,5			2	4,7	2	5,4			4	11,1	79	8,3
Especialistas	16	2,6	9	7,3					2	4,7					2	5,6	29	3,0
Organizações	566	91,9	107	86,3	38	90,5	37	100	41	95,3	35	94,6	20	100	32	88,9	876	91,7
Organizações públicas e Estado	290	47,1	47	37,9	15	35,7	17	45,9	19	44,2	19	51,4	10	50	21	58,3	438	45,9
Organizações do governo	230	37,3	26	21	10	23,8	16	43,2	18	41,9	17	45,9	7	35	16	44,4	340	35,6
Organizações públicas	50	8,1	19	15,3	5	11,9			1	2,3	1	2,7	3	15	5	13,9	84	8,8
Agências de notícias	86	14	21	16,9	6	14,3	6	16,2	5	11,6	4	10,8	5	25	4	11,1	137	14,3
Empresas privadas	53	8,6	22	17,7	10	23,8	12	32,4	15	34,9	10	27	2	10	2	5,6	126	13,2
Associações	59	9,6															59	6,2
Partidos políticos	38	6,2					1	2,7							4	11,1	43	4,5
Organizações supra-nacionais	8	1,3	11	8,9	1	2,4			1	2,3			2	10	1	2,8	24	2,5
Organizações sociais/humanitárias	12	1,9															12	1,3
Organizações religiosas	10	1,6			1	2,4											11	1,2
Organizações desportivas	3	0,5			3	7,1	1	2,7					1	5			8	0,8
Fundações	7	1,1															7	0,7
Revistas académicas			3	2,4	1	2,4											4	0,4
Movimentos ambientais			3	2,4													3	0,3
Organizações não governamentais									1	2,3	2	5,4					3	0,3

Tabela 4 Fontes de informação identificadas para todos os países com mais de 10 notícias na cobertura. Ainda que representando apenas 3%, os “especialistas” foram a categoria de fontes individuais mais frequente

As instituições públicas e do Estado (47,1%) e agências de notícias (14%) foram as fontes mais comuns na cobertura nacional. Entre organizações públicas, as instituições de saúde e administrações locais de saúde foram as fontes mais frequentes (42% entre instituições públicas e 3,4% em todas as fontes de informação). Existiram poucos testemunhos de fontes individuais (8,1%). Quando presentes, os “especialistas” foram a categoria mais comum (32% entre fontes individuais, 2,6% de todas as fontes na cobertura nacional). Algumas fontes de informação foram exclusivas à cobertura nacional — por exemplo, associações e partidos políticos estiveram entre as mais frequentes em notícias sobre Portugal, estando em grande medida ausentes da cobertura de outros países.

A secção seguinte apresenta em maior detalhe os temas e fontes de informação na cobertura nacional, que representou a maior parcela de artigos do corpus, para depois comparar com a cobertura de outros países.

4.2. COBERTURA NACIONAL

Dos 348 artigos relativos à cobertura nacional (Tabela 5), apenas um foi publicado em janeiro, sobre um caso suspeito de infeção. Notícias semelhantes continuariam em fevereiro (dois artigos classificados no tema “contágio”), quando a maioria das notícias sobre a resposta à pandemia incidiu sobre uma operação internacional de repatriamento de cidadãos portugueses de Wuhan (sete artigos em “relações e cooperação internacionais”, e.g., “Portugueses Já Estão a Embarcar no Voo de Regresso a Portugal”; 2 de fevereiro de 2020). A cobertura em fevereiro incluiu outros temas como atrasos na disponibilização de orientações para operacionais de emergência pré-hospitalar (em “condições do sistema de saúde”; e.g., “Técnicos do INEM Criticam Atraso na Divulgação de Normas a Adoptar”; 2 de fevereiro de 2020).

	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Situação epidemiológica	1	100	2	15,4	65	19,5	68	19,5
Contágio	1	100	2	100	49	75,4	52	76,5
Consequências económicas					11	16,9	11	16,2
Consequências políticas					3	4,6	3	4,4
Consequências sociais					2	3,1	2	2,9
Resposta à pandemia			11	84,6	269	80,5	280	80,5
Contenção/mitigação em instalações/serviços					75	27,9	75	26,8
Planeamento e preparação			1	9,1	41	15,2	42	15
Apoios e ajuda					34	12,6	34	12,1
Estado de emergência					26	9,7	26	9,3
Condições do sistema de saúde			3	27,3	23	8,6	26	9,3
Encontros e eventos					23	8,6	23	8,2
Informação					15	5,6	15	5,4
Viagens aéreas e controlo de fronteiras					11	4,1	11	3,9
Relações e cooperação internacional			7	63,6	1	0,4	8	2,9
Testes e monitorização					8	3	8	2,9
Fecho de instalações/serviços					5	1,9	5	1,8
Isolamento profilático					3	1,1	3	1,1
Investigação COVID					2	0,7	2	0,7
Medicamentos/equipamento de proteção individual					1	0,4	1	0,4
Habitação/saneamento					1	0,4	1	0,4
Total	1		13		334		348	

Tabela 5 Principais temas da cobertura nacional, por mês

Após o primeiro caso doméstico de infeção a 2 de março, a frequência e a variedade temática da cobertura aumentaram, com maior destaque para notícias sobre a resposta à pandemia (tema principal em 80,5% da cobertura nacional). Nesta cobertura, as medidas de contenção e mitigação adotadas em várias instalações e serviços seriam mais frequentes (26,8% das notícias sobre a resposta à pandemia; “Salas de Isolamento Obrigatórias em Todos os Tribunais”; 5 de março de 2020), enquanto o “planeamento e preparação” da resposta à pandemia seria o tema principal de 42 artigos (15%; “Qual o Plano de Choque Para Enfrentar o Coronavírus?”; 13 de março de 2020).

As notícias sobre contenção e mitigação em instalações e serviços (75 artigos) incidiram mais frequentemente sobre serviços públicos (49 artigos, 65,3%) do que privados (21 artigos, 28% — os restantes cinco artigos cobriram medidas adotadas em ambos). O sistema educativo foi o tema principal mais frequente em notícias sobre serviços públicos (16, 32,7%; e.g., “Professores Poderão Trabalhar à Distância ‘Sempre que Possível’”; 13 de março de 2020), enquanto que a cobertura de serviços privados focou mais frequentemente instalações comerciais (nove artigos, 42,9%; “Centros Comerciais Preparados

Para Manter Abertos Apenas Serviços Essenciais”; 21 de março de 2020). Estes temas foram quase exclusivos à cobertura nacional, com apenas cinco artigos sobre medidas semelhantes noutros países.

A ênfase nos serviços públicos é facilmente explicada pela disponibilidade desta informação, divulgada em conferências de imprensa semanais com representantes do Governo, creditados como fontes em 26,3% de todas as atribuições neste tema (“Tem Filhos na Escola? Conheça as Três Orientações do Governo às Escolas”; 5 de março de 2020). As agências de notícias representaram 15%, a administração local 10%. Existiram apenas duas ocorrências (2,5%) de indivíduos como fontes de informação neste tema.

As notícias sobre “planeamento e preparação” incidiram quase tanto sobre comportamentos individuais (16 artigos, 38,1%; e.g., “O que Fazer Quando Se Suspeita de Estar Infectado com COVID-19?”; 13 de março de 2020) como sobre estratégias nacionais de resposta à pandemia (21 artigos, 50% — incluindo sete artigos sobre problemas com estas estratégias; e.g., “Marta Soares Denuncia Falta de Planeamento e Pede Linha Telefónica Para Bombeiros”; 13 de março de 2020).

Em notícias sobre comportamentos individuais, as recomendações vieram principalmente de representantes do Governo (23,5%) e especialistas (14,7%). No tema “planeamento e preparação”, os representantes do Governo e da presidência foram as fontes de informação mais frequentes (48,4%), seguidos dos partidos políticos (35,5%).

As medidas de apoio e ajuda representaram apenas 12,1% (34 artigos) nas notícias sobre a resposta à pandemia. Entre estas, a “ajuda económica” foi a categoria mais expressiva (18 artigos, 52,9%), com 11 notícias sobre apoios a trabalhadores e famílias (“Trabalhadores em Isolamento Profilático Recebem 100% da Remuneração”; 13 de março de 2020) e sete sobre medidas para empresas (“Criada Linha de Crédito Para Microempresas do Sector Turístico”; 13 de março de 2020). De novo, os representantes do Governo e partidos políticos foram as fontes mais comuns neste tema (65% e 15%, respetivamente). As fontes de informação individuais estiveram completamente ausentes, mesmo em notícias sobre apoio económico a trabalhadores e famílias.

As notícias sobre a situação epidemiológica incidiram principalmente sobre “contágio” (52 artigos, 76,5%) — cerca de metade destes artigos (27, 51,9%) focou casos específicos de infeção, tanto individuais (“Mãe Infectada Leva a Encerramento de Escola em Lisboa com 200 Alunos”; 5 de março de 2020) como grupos de casos em contextos institucionais (“Sete Profissionais de Saúde em Ovar Diagnosticados com Coronavírus”; 13 de março de 2020). Outros 21 artigos (40,4%) relataram a rápida propagação do vírus, lembrando os leitores sobre o número crescente de infeções, taxas de mortalidade e outros indicadores epidemiológicos (“Taxa de Letalidade em Portugal É de 1%”; 21 de março de 2020). Os restantes artigos reportaram casos positivos entre figuras públicas (dois artigos, 3,8%) e casos de recuperação (dois artigos, 3,8%).

A partir de 25 de janeiro, os casos suspeitos (“Décimo Primeiro Caso Suspeito do Novo Coronavírus em Portugal É Negativo”; 18 de fevereiro de 2020) e confirmados (“Confirmado 7.º e 8.º Casos de Infecção”; 5 de março de 2020) em Portugal passaram a

ser contabilizados nos títulos a par de informação sobre a propagação do vírus noutros países (“Casos Suspeitos em Portugal Deram Negativo, China Soma Mais de Mil Mortes”; 10 de fevereiro de 2020). Mais de metade dos artigos sobre casos específicos de infeção (15 artigos, ou 55,6%) identificaram as pessoas afetadas por género, idade, ou local de origem nos casos importados. Quando identificados pela sua profissão, sete artigos (25,9%) reportaram casos de professores ou estudantes e quatro (14,8%) de pessoal médico. Apenas dois artigos focaram “casos de recuperação” como tema principal (“Duas Famílias Internadas no S. João Recebem Alta Clínica”; 13 de março de 2020), sugerindo que a morbilidade e mortalidade foram mais valorizadas como notícia do que a recuperação.

A informação nas notícias sobre “contágio” veio principalmente de agências de saúde pública (24,7%) e agências de notícias (19,4%). Organismos de administração de saúde e outras instituições de saúde locais (incluindo hospitais públicos) representaram 10,8% de todas as atribuições, os representantes do Governo 8,6%. Fontes individuais representaram apenas 7,5% de todas as atribuições, sendo neste tema sempre apresentadas como especialistas, com uma exceção.

Outras consequências da pandemia tiveram, comparativamente, menos cobertura — as consequências económicas foram tema principal em 11 artigos (16,2% da cobertura sobre a situação epidemiológica), enquanto que as consequências políticas (três artigos, 4,4%) e sociais (dois artigos, 9%) pareceram aspetos marginais da pandemia.

4.3. COBERTURA INTERNACIONAL

A par do aumento da cobertura nacional em março, também os artigos sobre outros países se tornaram mais frequentes. A China foi o segundo país com maior cobertura no corpus, mas em contraste com as notícias nacionais, as notícias sobre este país focaram principalmente a situação epidemiológica (Tabela 6, 24 artigos, ou 77,4%). Dentro deste tema, a cobertura focou o “contágio” (17 artigos, 70,8%), reportando maioritariamente sobre a propagação do vírus (13 artigos, 76,5% no tema contágio; e.g., “Novas Infecções em Wuhan Devem Chegar a Zero no Fim de Março”; 5 de março de 2020). Enquanto a maioria da cobertura nacional sobre a situação epidemiológica incidiu sobre casos específicos, este subtema contabilizou apenas três notícias (17,6%) na cobertura sobre a China. Os casos de recuperação voltaram a ficar em segundo plano — embora existam referências a este subtema na cobertura deste país, nunca foram o tema principal nas notícias incluídas no corpus. Os restantes temas relacionados com a situação epidemiológica representaram menos de 10% da cobertura, verificando-se pouca expressão para as consequências económicas, políticas e sociais do surto.

	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		TOTAL	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Situação epidemiológica	3	75	8	72,7	13	81,3	24	77,4
Contágio	3	100	5	62,5	9	69,2	17	70,8
Causas da pandemia					2	15,4	2	8,3
Consequências económicas			1	12,5	1	7,7	2	8,3
Consequências ambientais					1	7,7	1	4,2
Consequências sociais			1	12,5			1	4,2
Consequências políticas			1	12,5			1	4,2
Resposta à pandemia	1	25	3	27,3	3	18,8	7	22,6
Condições do sistema de saúde	1	33,3	1	12,5			2	8,3
Medicamentos/equipamento de proteção individual					1	7,7	1	4,2
Relações e cooperação internacional			1	12,5			1	4,2
Apoio e ajuda			1	12,5			1	4,2
Viagens aéreas e controlo de fronteiras					1	7,7	1	4,2
Investigação COVID					1	7,7	1	4,2
Total	4		11		16		31	

Tabela 6 Principais temas da cobertura sobre a China, por mês

Tal como na cobertura nacional, as notícias internacionais sobre “contágio” utilizaram maioritariamente fontes do Estado e organizações públicas (45,8% de todas as atribuições). Estas incluíram agências de saúde (11,1%), média estatais (9,7%) e instituições locais de saúde pública (8,3%). As agências de notícias representaram 19,4% de todas as atribuições, os média privados 16,7%. A Organização Mundial de Saúde foi também uma fonte de informação neste tema (11,1%).

A cobertura da resposta à pandemia foi menos proeminente (22,6%) do que na cobertura nacional. Novamente, representantes do Estado e instituições públicas constituíram a maioria das fontes de informação (40%) — entre eles, o Governo e agências de saúde pública representaram 8% cada, o mesmo valor que instituições locais de saúde. Fontes individuais foram menos frequentes, representando apenas 13,7% de todas as atribuições, embora ligeiramente acima dos 8,1% na cobertura nacional.

O tema “contágio” foi o único presente na cobertura de todos os países com pelo menos 10 artigos (Tabela 7), sendo o tema mais frequente no geral. Estas notícias incidiram habitualmente sobre indicadores epidemiológicos. As consequências ambientais e económicas do surto estiveram presentes na cobertura, mas raramente constituíram títulos de notícia.

	ITÁLIA		ESTADOS UNIDOS		ESPAÑA		BRASIL		FRANÇA		REINO UNIDO		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Situação epidemiológica	15	53,6	8	33,3	11	45,8	10	66,7	4	30,8	5	41,7	53	45,7
Contágio	13	86,7	8	100	11	100	5	50	3	75	5	100	45	84,9
Consequências políticas							5	50					5	9,4
Consequências sociais									1	25			1	1,9
Consequências ambientais	1	6,7											1	1,9
Consequências económicas	1	6,7											1	1,9
Resposta à pandemia	13	46,4	16	66,7	13	54,2	5	33,3	9	69,2	7	58,3	63	54,3
Estado de emergência	5	38,5	7	43,8	7	53,8			1	11,1	1	14,3	21	33,3
Condições do sistema de saúde	4	30,8			4								8	12,7
Planeamento e preparação			1	6,3			1	20			5	71,4	7	11,1
Relações e cooperação internacionais			2	12,5					4	44,4			6	9,5
Fecho de instalações/serviços	2	15,4			1	7,7			2	22,2			5	7,9
Encontros e eventos	1	7,7	1	6,3					1	11,1	1	14,3	4	6,3
Contenção/mitigação em instalações/serviços			1	6,3	1	7,7	1	20					3	4,8
Informação			2	12,5			1	20					3	4,8
Apoio e ajuda	1	7,7	1	6,3									2	3,2
Habitação/saneamento							2	40					2	3,2
Testes e monitorização			1	6,3									1	1,6
Medicamentos/equipamento de proteção individual									1	11,1			1	1,6
Total	28		24		24		15		13		12		116	

Tabela 7 Principais temas da cobertura em países com mais de 10 artigos no corpus (excluindo Portugal e China), por mês

Relativamente a notícias sobre a resposta à pandemia, a cobertura dos Estados Unidos, Espanha e Itália incidiu principalmente sobre estados de emergência, alerta e quarentenas. Estes temas foram mais valorizados do que medidas específicas de resposta à pandemia, que raramente foram tema principal na cobertura internacional. Esta informação foi adicionada como elemento secundário em notícias sobre o número crescente de infeções e mortes, temas que mais facilmente foram promovidos a título de notícia. No entanto, o número reduzido de notícias sobre estes países no corpus não permite grande margem para a identificação de padrões na cobertura.

De modo geral, a cobertura internacional limitou-se a um número reduzido de países, incidindo principalmente sobre a disseminação do vírus expressa por indicadores

epidemiológicos. Por sua vez, a cobertura da resposta à pandemia focou mais frequentemente declarações de estados de emergência e estratégias nacionais de contenção. O detalhe das medidas adotadas noutros países raramente foi tema principal da cobertura, dificultando possíveis comparações.

5. DISCUSSÃO

Este artigo apresentou os resultados da análise dos temas principais e fontes de informação utilizadas na cobertura do surto de COVID-19 num jornal português de referência durante os primeiros três meses de 2020. A novidade foi inerente na cobertura de uma doença então desconhecida — no entanto, os resultados mostram que outros valores-notícia influenciaram a noticiabilidade do surto. As conclusões confirmam também os resultados de estudos anteriores que identificaram os representantes do Governo e da Direção-Geral da Saúde (DGS) como as principais fontes de informação na maioria dos temas. As próximas secções apresentam a discussão dos resultados, relacionando-os com estudos anteriores.

5.1. VALORES-NOTÍCIA

Na fase inicial do surto, foram publicados apenas alguns artigos sobre a falta de preparação dos líderes políticos e as condições dos hospitais chineses. As vítimas da “pneumonia chinesa” ocuparam os títulos das notícias, evidenciando uma perceção geral do surto como um problema distante. As opiniões de especialistas pareciam confirmar o baixo risco — a 31 de janeiro, apesar dos primeiros casos de infeção em França, na Alemanha e na Finlândia, o Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (European Centre for Disease Prevention and Control, 2020) considerava ainda o risco de transmissão na União Europeia como “muito baixo”, se medidas estritas de prevenção e controlo fossem implementadas. Em Portugal, a perceção de risco poderá também ter sido mitigada por experiências anteriores, já que outros alertas no passado conduziram à criação de estruturas e planos de resposta que nunca foram implementados (Duarte et al., 2022). O “modelo” disponível aparenta ter sido o oposto do relatado por Chan (2016), com a convergência entre a opinião de especialistas e experiências anteriores contribuindo para minimizar a perceção dos possíveis riscos.

Tal como em estudos anteriores que verificaram um aumento drástico na atenção dos média após o primeiro caso de infeção no país (Basch et al., 2020; Smith et al., 2012), o surto entrou na agenda do *Público* com o primeiro caso positivo em Portugal. A frequência e diversidade temática da cobertura aumentaram substancialmente a partir daqui — a relevância nacional ou “o impacto na nação e no interesse nacional” (Gans, 1979/2004, p. 148) esteve assim entre os principais critérios de noticiabilidade da pandemia COVID-19, sugerindo que os eventos que afetam cidadãos nacionais serão mais noticiáveis do que aqueles que afetam “outros” (Kim, 2022).

Quando o surto se tornou um problema nacional, a frequência da cobertura internacional aumentou, incidindo sobre um maior número de países. O que fora inicialmente

reportado como um problema local de um país asiático tornava-se agora tema central, com uma secção dedicada. O impacto do surto (relativamente ao número de pessoas afetadas) foi outro critério de noticiabilidade — seis dos países com maior cobertura (exceto Portugal e Brasil) estiveram entre os que registaram um maior número de casos e mortes acumuladas no final de março (World Health Organization, s.d.). No entanto, como demonstrado, a cobertura internacional privilegiou países com proximidade geográfica ou cultural — dos oito países com maior cobertura, quatro localizam-se na Europa ocidental (Espanha, França, Itália e Reino Unido), e um outro partilha uma língua comum (Brasil). Por sua vez, o foco nos eventos nos Estados Unidos poderá ser atribuído a critérios geopolíticos associados ao conceito de “nações elite” (Galtung & Ruge, 1965), ou uma tendência para alguns países serem percebidos como mais noticiáveis do que outros (Harcup, 2020). Pelo contrário, informação sobre o surto em países considerados menos relevantes limitou-se frequentemente ao resumo do número de casos positivos e mortes, informação frequentemente adicionada como evento secundário em parágrafos finais.

Para além da proximidade geográfica e cultural como critérios de noticiabilidade, as diferenças na cobertura de diferentes países foram também consequência da noticiabilidade atribuída a eventos específicos — por exemplo, a hesitação em declarar o estado de emergência nos Estados Unidos e a adoção de uma estratégia de “imunidade de rebanho” no Reino Unido levou a um maior número de artigos sobre a resposta à pandemia nestes países. Contudo, constrangimentos organizacionais poderão também estar presentes, limitando as possibilidades da cobertura — por exemplo, para além de um correspondente permanente em Bruxelas desde 2018, o *Público* teve apenas um outro repórter em São Paulo em fevereiro e março de 2020¹. Este facto possivelmente limitou a cobertura de outros locais aos textos produzidos por agências de notícias e outros meios de comunicação social.

Como em estudos anteriores sobre a cobertura da pandemia COVID-19 (Basch et al., 2020; Hubner, 2021), “contágio” foi o tema mais frequente no corpus, com títulos centrados na “contagem de corpos” oferecendo uma distanciada quantificação de casos. Como notam Lopes, Santos, Peixinho, et al. (2021), este tipo de cobertura foi encorajado pelos relatórios diários da DGS e conferências de imprensa onde eram destacados os números do surto. No entanto, enquanto as notícias internacionais focaram principalmente a evolução de indicadores epidemiológicos, a cobertura nacional privilegiou o detalhe de casos específicos de infeção, sugerindo que o “interesse humano” seria mais relevante, e talvez mais apelativo, na cobertura de eventos nacionais.

Outras consequências da pandemia, fossem económicas, políticas, ambientais ou sociais, nunca alcançaram a relevância do tema “contágio”. A relativamente baixa noticiabilidade de temas económicos será relevante num jornal de referência, já que a economia portuguesa estava particularmente vulnerável às consequências da pandemia (Peralta-Santos et al., 2021). Ao mesmo tempo, a quase completa ausência de outros subtemas é também notória — tanto na cobertura nacional como internacional, os

¹ Informação gentilmente cedida pelos jornalistas do *Público*, a quem o autor agradece.

casos de recuperação nunca foram uma prioridade e raramente fizeram títulos, tornando assim a morbidade e mortalidade mais noticiáveis do que a recuperação.

No decurso de uma crise de saúde pública, a informação sobre estratégias e medidas de resposta são necessárias para mitigar a incerteza e ajudar à compreensão dos papéis e responsabilidades das organizações envolvidas (Centers for Disease Control and Prevention, 2014; Wray et al., 2008). A este respeito, a cobertura doméstica destacou significativamente as medidas de contenção e mitigação adotadas em instalações e serviços e os planos e estratégias gerais que orientaram a resposta à pandemia. A informação sobre comportamentos preventivos foi também incluída, permitindo aos leitores algum sentimento de controlo, promovendo a perceção dos riscos como algo com o qual seria possível lidar (Brivio et al., 2020). Por sua vez, as notícias sobre a resposta à pandemia noutros países foram habitualmente construídas em torno de “grandes” declarações de estados de emergência e quarentena, considerados mais atraentes como título.

5.2. FONTES DE INFORMAÇÃO

O predomínio de fontes de informação institucionais foi um resultado evidente. Durante a pandemia COVID-19, a natureza centralizada do Estado português, comparado com Itália ou Espanha, foi uma possível vantagem na coordenação da resposta inicial à pandemia (Peralta-Santos et al., 2021), mas poderá também ter contribuído para a dependência dos média relativamente aos representantes governamentais. Como já verificado em estudos anteriores (Gomes, 2021; Lopes, Santos, Peixinho, et al., 2021), os representantes governamentais e agências de saúde pública foram as fontes mais frequentes em notícias nacionais. A prominência destes atores sugere a sua influência considerável na seleção de eventos e em como foram noticiados. Antes do primeiro caso nacional de infeção, as conferências de imprensa com a diretora-geral da saúde foram maioritariamente dedicadas aos detalhes de casos suspeitos. Quando o surto se tornou um problema nacional, os membros do Governo foram incluídos nestes eventos para destacar medidas específicas de resposta e outras ações conduzidas pelo Governo. Como notam Lopes, Araújo e Magalhães (2021), existiu uma dimensão política nestas conferências, onde representantes de Governo fizeram uso frequente de relatórios científicos, ajudas visuais e estatísticas para fornecer “um registo argumentativo de base científica que convencesse as pessoas a aderirem às medidas que aí eram comunicadas” (p. 27). As conferências de imprensa foram complementadas por boletins diários da DGS com informação estatística sobre casos e mortes, facilitando este tipo de abordagem na cobertura.

Os especialistas foram frequentemente citados como representantes de instituições ou grupos profissionais. Estes foram principalmente profissionais de saúde, extensamente citados sobre detalhes de casos particulares no início da pandemia. Com a pressão adicional colocada pela situação epidemiológica no Serviço Nacional de Saúde, os seus testemunhos passaram a avaliações críticas das condições dos serviços públicos de saúde. Especialistas com posições em organismos administrativos locais de saúde e

outras instituições de saúde pública estiveram também presentes. Os especialistas citados como fontes de informação individuais (i.e., não em representação de uma instituição) foram na sua maioria investigadores que comentavam o seu trabalho ou ofereciam impressões pessoais sobre a situação epidemiológica. Existiram poucas situações onde cidadãos comuns sem conhecimento especializado ou posições institucionais fizeram parte da cobertura, mesmo em temas em que a sua vida era afetada.

6. CONCLUSÃO

Os resultados apresentados fornecem evidências sobre os critérios de noticiabilidade que orientaram a cobertura durante a fase inicial da pandemia num dos principais jornais portugueses de referência. O impacto da pandemia, a proximidades geográfica ou cultural e a relevância nacional constituíram os principais valores-notícia da cobertura internacional. Relativamente aos eventos em Portugal, experiências anteriores contribuíram provavelmente para a mitigação do risco percebido e, conseqüentemente, para a baixa noticiabilidade do surto até ao primeiro caso de infeção em Portugal.

Ainda que parcialmente um produto de estrangimentos organizacionais, o âmbito relativamente restrito da cobertura internacional foi uma limitação para possíveis comparações da resposta portuguesa com as medidas adotadas noutros contextos. Embora existam diferenças na cobertura de eventos noutros países, as atualizações do número de casos e mortes foram um elemento constante tanto na cobertura nacional como internacional. A urgência transmitida por cabeçalhos onde a subida do número de casos e fatalidades foi constante, sem quase existirem referências a casos de recuperação, contrariava o discurso confuso de representantes do Estado (Cádima, 2021; Lopes, Araújo, & Magalhães, 2021). Ainda assim, existiu uma dependência considerável em relação a representantes do Governo e organismos públicos. Particularmente na fase inicial, o ritmo da cobertura nacional foi em grande medida ditado pelos comunicados e conferências de imprensa da DGS — a noticiabilidade esteve frequentemente associada à validação de casos suspeitos, atualizações diárias do número de casos e outra informação providenciada por esta instituição. Tal como observado por outros autores (Lopes, Araújo, & Magalhães, 2021), existiu uma convergência entre os temas nos quais as fontes oficiais eram mais frequentemente citadas e os momentos que pareceram mais relevantes na cobertura. Contudo, estes resultados terão de ser contextualizados no cenário descrito anteriormente — por toda a Europa, os meios de comunicação social encontravam-se numa situação vulnerável antes de 2020, não sendo Portugal uma exceção. A pandemia deteriorou as já precárias condições de jornalistas e organizações de notícias, ao mesmo tempo apresentando-lhes novos desafios — não menor entre eles, o papel de facilitadores de informação médica e científica assumido por jornalistas que frequentemente não possuíam a experiência necessária nestas áreas. A falta de formação em temas médicos e científicos, a par da necessidade de fornecer informação atempada e rigorosa no decurso de uma emergência de saúde pública, foram fatores prováveis para o aumento da dependência de comunicados de imprensa e relatórios oficiais.

A viabilidade financeira das organizações de notícias e as condições adequadas para o trabalho dos jornalistas deverão assim constituir-se como um tema de interesse público.

As crises de saúde pública são momentos particularmente sensíveis — para além de aumentarem a incerteza e provocarem disrupções na vida social e económica, também as medidas de resposta incluem restrições severas às liberdades e direitos civis. Será nestes momentos que a autonomia e independência da comunicação social em relação ao poder político deverá ser valorizada, para assegurar a transparência e responsabilização nos processos políticos de tomada de decisão. A dependência excessiva nos representantes do Estado poderá também ser uma ameaça ao pluralismo dos média, quando se verifica simultaneamente o acesso limitado à comunicação social por outros atores.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projetos UIDB/00126/2020 e UIDP/00126/2020.

REFERÊNCIAS

- Basch, C. H., Kecojevic, A., & Hagner, V. H. (2020). Coverage of the COVID-19 pandemic in the online versions of highly circulated U.S. daily newspapers. *Journal of Community Health, 45*, 1089–1097. <https://doi.org/10.1007/s10900-020-00913-w>
- Brivio, E., Oliveri, S., & Pravettoni, G. (2020). Empowering communication in emergency contexts. Reflections from the Italian coronavirus outbreak. *Mayo Clinic Proceedings, 95*(5), 835–851. <https://doi.org/10.1016/j.mayocp.2020.03.021>
- Cabrera, A., Martins, C., & Cunha, I. F. (2020). A cobertura televisiva da pandemia COVID-19 em Portugal. *Media & Journalism, 20*(37), 185–204. https://doi.org/10.14195/2183-5462_37_10
- Cádima, F. R. (2021). COVID-19 in Portugal: From “negationism” and neglect to the state of emergency. In F. Cádima & I. Ferreira (Eds.), *Perspectivas multidisciplinares da comunicação em contexto de pandemia* (Vol. 1, pp. 6–29). ICNova. <https://doi.org/10.34619/e6go-d757>
- Cádima, F. R., Martins, L. O., Baptista, C., Silva, M. T., & Lourenço, R. (2022). *Monitoring media pluralism in the digital era. Country report: Portugal*. European University Institute. <https://doi.org/10.2870/818313>
- Cardoso, G., Baldi, V., Paisana, M., & Quintanilha, T. L. (2020). *Pandemia e consumos mediáticos*. Intercampus; OberCom.
- Centers for Disease Control and Prevention. (2014). *Crisis emergency and risk communication*. U.S. Department of Health and Human Services. <https://emergency.cdc.gov/cerc/manual/index.asp>
- Chan, C. K. (2016). Defining health risk by media template: Hong Kong’s news discourse of the swine flu pandemic. *Journalism, 17*(8), 1018–1036. <https://doi.org/10.1177/1464884915595473>
- Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março, Diário da República n.º 55/2020, 3º Suplemento, Série I de 2020-03-18, páginas 2 – 4 (2020). <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-presidente-republica/14-a-2020-130399862>
- Direção-Geral da Saúde. (s.d.). *Relatório de situação*. Retrieved January 13, 2023, <https://covid19.min-saude.pt/relatorio-de-situacao/>

- Duarte, R., Lopes, F., Alves, F., Guiar, A., Monteiro, H., Pinto, M., & Felgueiras, Ó. (2022). *COVID-19 em Portugal, a estratégia*. UMinho Editora.
- Duncan, B. (2009). How the media reported the first days of the pandemic (H1N1) 2009: Results of EU-wide media analysis. *Euro Surveillance*, 14(30), 171–188. <https://doi.org/10.1177/1464884920940148>
- European Centre for Disease Prevention and Control. (2020, 31 de janeiro). *Risk assessment: Outbreak of acute respiratory syndrome associated with a novel coronavirus, China: first local transmission in the EU/EEA – third update*. <https://www.ecdc.europa.eu/en/publications-data/risk-assessment-outbreak-acute-respiratory-syndrome-associated-novel-1>
- European Commission. (2019). *Media use in the European Union*. <https://data.europa.eu/doi/10.2775/80086>
- Florea, S., & Woelfel, J. (2021). Proximal versus distant suffering in TV news discourses on COVID-19 pandemic. *Text@Talk*, 42(3), 327–345. <https://doi.org/10.1515/text-2020-0083>
- Galtung, J., & Ruge, M. H. (1965). The structure of foreign news. *Journal of Peace Research*, 2(1), 64–91.
- Gans, H. J. (2004). *Deciding what's news: A study of CBS evening news, NBC nightly news, Newsweek, and Time*. Northwestern University Press. (Trabalho original publicado em 1979)
- Gomes, E. S. C. (2021). A mediatização da COVID-19 em Portugal: Os primeiros meses da pandemia nos jornais online. *Revista Española de Comunicación en Salud*, 12(2), 135–150. <https://doi.org/10.20318/recs.2021.6124>
- Gonçalves, G., Piñeiro-Naval, V., & Sá, S. (2023). Risk communication and disinformation in Portugal: How media consumption affects the understanding of COVID-19 health-protective messages. In R. Tench, J. Meng, & Á. Moreno (Eds.), *Strategic communication in a global crisis: National and international responses to the COVID-19 pandemic* (pp. 112–131). Routledge.
- Grupo Marktest. (2020, 14 de abril). *Ranking auditado netAudience de março*. <https://www.marktest.com/wap/a/n/id-261e.aspx>
- Hall, S., Critcher, C., Jefferson, T., Clarke, J., & Roberts, B. (1978). *Policing the crisis. Mugging, the state, and law and order*. McMillan Press.
- Harcup, T. (2020). *What's the point of news? A study in ethical journalism*. Palgrave MacMillan.
- Hubner, A. (2021). How did we get here? A framing and source analysis of early COVID-19 media coverage. *Communication Research Reports*, 38(2), 112–120. <https://doi.org/10.1080/08824096.2021.1894112>
- Joye, S. (2010). News discourses on distant suffering: A critical discourse analysis of the 2003 SARS outbreak. *Discourse & Society*, 21(5), 586–601. <https://doi.org/10.1177/0957926510373988>
- Joye, S., Heinrich, A., & Wöhlert, R. (2016). 50 years of Galtung and Ruge: Reflections on their model of news values and its relevance for the study of journalism and communication today. *Communication and Media*, 11(36), 5–28. <http://doi.org/10.5937/comman11-9514>
- Kim, Y. (2022). Outbreak news production as a site of tension: Journalists' news-making of global infectious disease. *Journalism*, 23(1), 171–188. <https://doi.org/10.1177/1464884920940148>
- Lopes, F., Araújo, R., & Magalhães, O. (2021). COVID-19: Uma pandemia gerida pelas fontes oficiais através de uma comunicação Política. *Comunicação e Sociedade*, 40, 17–32. [https://doi.org/10.17231/comsoc.40\(2021\).3520](https://doi.org/10.17231/comsoc.40(2021).3520)
- Lopes, F., & Fernandes, L. (2012). À procura de uma vibrante esfera pública da saúde através da análise da imprensa portuguesa. In S. Marinho, T. Ruão, F. Lopes, Z. Pinto-Coelho, & L. Fernandes (Eds.), *Olhares cruzados sobre comunicação na saúde: Relatório de um debate* (pp. 17–30). Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/29776>

- Lopes, F., Ruão, T., Marinho, S., & Araújo, R. (2012). A media pandemic: Influenza A in Portuguese newspapers. *International Journal of Healthcare Management*, 5(1), 19–27. <http://doi.org/10.1179/2047971911Y.0000000001>
- Lopes, F., Santos, C. A., Magalhães, O., Burnay, C. D., Araújo, R., & Sá, A. (2021). A cobertura noticiosa da pandemia: Um retrato dos dilemas e práticas profissionais na era COVID-19. *Mediapólis*, (13), 109–124. https://doi.org/10.14195/2183-6019_13_6
- Lopes, F., Santos, C. A., Peixinho, A. T., Magalhães, O. E., & Araújo, R. F. (2021). COVID-19: Uma pandemia que reconfigura o jornalismo? *Media & Jornalismo*, 21(39), 57–75. https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_3
- Luengo, M., & García-Marín, D. (2020). The performance of truth: Politicians, fact-checking journalism, and the struggle to tackle COVID-19 misinformation. *American Journal of Cultural Sociology*, 8, 405–427. <https://doi.org/10.1057/s41290-020-00115-w>
- Maxwell, T. (2003). The public need to know: Emergencies, government organizations, and public information policies. *Government Information Quarterly*, 20(3), 233–258. [http://doi.org/10.1016/S0740-624X\(03\)00039-X](http://doi.org/10.1016/S0740-624X(03)00039-X)
- Miranda, J., Fidalgo, J., & Martins, P. (2021). Journalism in time of pandemic: New professional routines, new ethical challenges. *Comunicação e Sociedade*, 39, 287–307. [https://doi.org/10.17231/comsoc.39\(2021\).3176](https://doi.org/10.17231/comsoc.39(2021).3176)
- Newman, N. (2020). *Journalism, media and technology trends and predictions 2020*. Reuters Institute; University of Oxford. https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-01/Newman_Journalism_and_Media_Predictions_2020_Final.pdf
- Newman, N., Fletcher, R., Kalogeropoulos, A., Levy, D. A., & Nielsen, R. (2018). *Reuters Institute digital news report 2018*. Reuters Institute; University of Oxford. <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/digital-news-report-2018.pdf>
- Newman, N., Fletcher, R., Kalogeropoulos, A., & Nielsen, R. (2019). *Reuters Institute digital news report 2019*. Reuters Institute; University of Oxford. https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2019-06/DNR_2019_FINAL_o.pdf
- Peralta-Santos, A., Saboga-Nunes, L., & Magalhães, P. C. (2021). A tale of two pandemics in three countries. Portugal, Spain and Italy. In S. L. Greer, E. J. King, E. M. da Fonseca, & A. Peralta-Santos (Eds.), *Coronavirus politics. The comparative politics and policy of COVID-19* (pp. 361–377). University of Michigan Press.
- Posetti, J., Bell, E., & Brown, P. (2020). *Journalism & the pandemic: A global snapshot of impacts*. ICJ; Tow Center for Digital Journalism. <https://www.icjf.org/our-work/journalism-and-pandemic-survey>
- Rubin, G. J., Amlot, R., Page, L., & Wessely, S. (2009). Public perceptions, anxiety, and behaviour change in relation to the swine flu outbreak: Cross sectional telephone survey. *BMJ*, 339, Article b2651. <https://doi.org/10.1136/bmj.b2651>
- Simon, F. M., & Graves, L. (2019). *Pay models for online news in the U.S. and Europe: 2019 update*. Reuters Institute; University of Oxford.
- Smith, K. C., Rimal, R. N., Sandberg, H., Storey, J., Lagasse, L., Maulsby, C., Rhoades, E., Barnett, D. J., Omer, S. B., & Links, J. N. (2012). Understanding newsworthiness of an emerging pandemic: International newspaper coverage of the H1N1 outbreak. *Influenza and Other Respiratory Viruses*, 7(5), 847–853. <https://doi.org/10.1111/irv.12073>
- Thomas, T., Wilson, A., Tonkin, E., Miller, E. R., & Ward, P. R. (2020). How the media places responsibility for the COVID-19 pandemic - An Australian media analysis. *Frontiers in Public Health*, 8, Article 483. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2020.00483>

- Traquina, N. (2004). Theory consolidation in the study of journalism. A comparative analysis of the news coverage of the HIV/AIDS issue in four countries. *Journalism*, 5(1), 97–116. <http://doi.org/10.1177/1464884904039557>
- Tuchman, G. (1978). *Making news: A study in the construction of reality*. McMillan.
- van Dijk, T. (1988). *News as discourse*. Lawrence Erlbaum Associates.
- World Health Organization. (n.d.). *Data information*. <https://covid19.who.int/data>
- World Health Organization. (2020, 11 de março). *WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020*. <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>
- Wray, R. J., Becker, S. M., Henderson, N., Glik, D., Jupka, K., Middleton, S., Henderson, C., Drury, A., & Mitchell, E. W. (2008). Communicating with the public about emerging health threats: Lessons from the pre-event message development project. *American Journal of Public Health*, 98(12), 2214–2222. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2006.107102>
- Zhang, W., & Cheung, Y. L. (2022). The hierarchy of news values – A corpus-based diachronic and cross-cultural comparison of news reporting on epidemics. *Journalism Studies*, 23(3), 281–301. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2021.2021104>

NOTA BIOGRÁFICA

Pedro R. P. Rodrigues é investigador no Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa. Possui doutoramento em sociologia da Universidade Nova de Lisboa e publicou investigação sobre a cobertura de crimes e representação de migrantes na imprensa portuguesa. É membro da International Association for Media and Communication Research e da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação. Os interesses de investigação atuais incluem comunicação de risco, representações sociais e análise de enquadramento.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8009-2782>

Email: prprodriques@ucp.pt

Morada: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Humanas, Palma de Cima, 1649-023 Lisboa, Portugal

Submetido: 13/09/2022 | Aceite: 22/12/2022



Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.